



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA TELEFONIA, EM 19/2/2014

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Ulysses Gomes, João Leite, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada e Romel Anízio, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Liza Prado e o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final da comissão e esclarece que, dando continuidade à reunião anterior, o documento continua em discussão. O presidente registra a presença da sra. Tainah Marrazzo, presidente em exercício do Fórum dos Procons Mineiros, representando 121 Procons em Minas Gerais; e dos srs. Marcelo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia-MG, e Nilson Ferreira Neto, superintendente do Procon em Juiz de Fora. O relator, deputado João Leite, faz a leitura de plano de melhorias no sistema de telefonia móvel. O presidente convida os srs. Erik Cordeiro Caldas Fernandes, diretor regional da Claro S.A. no Estado; José Luiz Gattás Hallak, diretor de relações institucionais da Oi; Patrick de Azevedo Ferreira, gerente de relações institucionais da Tim Brasil; e Renato Gomes dos Santos, diretor regional da Vivo em Minas Gerais, para, juntamente com os parlamentares, assinarem o termo de compromisso. Na oportunidade, convida os três representantes do Procon, acima citados, e os srs. Thiago Santana e Thiago Ribeiro de Oliveira, respectivamente, diretor de comunicação e diretor da Secretaria Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais – Sinttel, para assinarem como testemunhas. Encerrada a discussão, o relatório final é colocado em votação e aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.

Zé Maia, presidente - Ulysses Gomes - João Leite - Adalclever Lopes - Lafayette de Andrada - Romel Anízio.

### ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/3/2014

Às 9h45min, comparecem na Câmara Municipal de Itamarandiba os deputados Vanderlei Miranda e Wander Borges (substituindo o deputado Marques Abreu, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Adelmo Carneiro Leão e Neider Moreira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o enfrentamento ao uso de crack e outras drogas no Município de Itamarandiba e região. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Erildo do Espírito Santo Gomes, prefeito Municipal de Itamarandiba; Eduardo César Moreira, presidente da Câmara Municipal de Itamarandiba; Ten. PM André Luiz Pinto da Rocha, comandante da Polícia Militar de Itamarandiba; Vinicius de Barros Mendonça, delegado de Polícia Civil de Itamarandiba; Henrique Macedo, promotor de Justiça da Comarca de Itamarandiba; Wagner Costa dos Santos, presidente do Conselho Municipal Antidrogas de Itamarandiba; Gilberto Fernandes de Araújo, presidente da Associação Amar e Renascer – Amar – e da Fazenda de Recuperação de Dependentes Químicos – Faamar; Afonso Arinos de Campos Gandra, advogado e ex-prefeito de Itamarandiba; Márcio Gomes, advogado e ex-prefeito de



Itamarandiba; e Gabriel de Fátima Santos, ex-vereador de Itamarandiba, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Neider Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Em seguida, concede a palavra aos deputados Adelmo Carneiro Leão e Wander Borges. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente - Marques Abreu - Pompílio Canavez - Carlos Mosconi.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/3/2014**

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Marques Abreu e Duarte Bechir (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos Alberto Reis de Paula, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, publicado no *Diário do Legislativo* em 13/3/2014. A presidente informa o recebimento das seguintes proposições, para cuja relatoria designou o deputado Bosco: Projetos de Lei nºs 1.497/2011, 3.444/2012 e 4.932/2014, em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.817 e 4.818/2013, 4.845 e 4.849/2014 (relator: deputado Bosco), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.302/2014. Registra-se a presença do deputado Celinho do Sinttrocel. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.280/2014, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a Lei nº 18.716, de 8/1/2010, que institui a Política Estadual de Fomento ao Voluntariado Transformador no Estado;

nº 9.282/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a aplicação da Lei nº 21.121, de 3/1/2014, que dispõe sobre a gratuidade do serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros para o idoso e a pessoa com deficiência;

nº 9.333/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca das condições de trabalho de trabalhadores que prestam serviços terceirizados a essa companhia, em face de relatório resultante de ação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho.

É adiada, a requerimento do deputado Duarte Bechir, a votação do requerimento nº 9.281/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e de Saúde para debater, em audiência pública, as condições de saúde física e emocional dos servidores do Poder Judiciário. É designado, a requerimento do deputado Duarte Bechir, relator para emitir parecer sobre o Requerimento nº 9.283/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater, em audiência pública, a ação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho que atestou condições degradantes de labor, análogas ao trabalho escravo, infligidas a trabalhadores da Cemig. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.331/2014, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada reunião em Presidente Bernardes para debater, em audiência pública, o não cumprimento de medida judicial que determinou a reintegração de servidores municipais pela prefeitura;

nº 9.332/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o relatório técnico *Identificação, mensuração e análise dos acidentes, doenças e mortes no setor mineral*, elaborado pela Fundacentro em parceria com a CNTI. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2014.

Rosângela Reis, presidente - Celinho do Sinttrocel - Wander Borges - Duarte Bechir.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/3/2014**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Luiz Henrique e Lafayette de Andrada (substituindo o deputado Carlos Mosconi, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Luzia Ferreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as ações de interiorização da política cultural e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (21/2/2014); e do Sr. Sílvio Antônio de Oliveira Melo, comandante-geral do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais (13/3/2014). O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 4.882 e 4.888/2014 em turno único, dos quais designou como relatora a deputada Luzia Ferreira. Registra-se a presença do deputado Elismar Prado, que assume a presidência da comissão. O

presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Manuella Abdanur de Paula Machado, diretora de Interiorização, e Janaina Cunha Melo, superintendente de Interiorização e Ação Cultural da Secretaria de Estado de Cultura, representando a secretária de Cultura; Maria Magdalena Rodrigues da Silva, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Anibal Henrique de Oliveira Macedo, vice-presidente do Conselho Estadual de Políticas Culturais - Consec; Rubem Silveira dos Reis, presidente da Associação dos Produtores Culturais de Uberlândia e região; Fábio Neves, vereador da Câmara Municipal de Montes Claros, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o presidente tece suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra à deputada Luzia Ferreira e ao deputado Luiz Henrique, que também são autores do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.342/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de providências para que realize, na regulamentação da Lei nº 21.159, de 17/1/2014, que proíbe, no âmbito do Estado, a utilização de animais em espetáculos circenses, ampla consulta acerca dos procedimentos a serem adotados na execução da referida norma, por intermédio dos diversos canais de participação social, garantida a audiência com os representantes do circo em Minas Gerais. Requer ainda sejam encaminhadas à Semad as notas taquigráficas da audiência pública realizada pela comissão no dia 12/3/2014, que debateu a situação do circo no Estado;

- nº 9.343/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a liberação de recursos financeiros para o Conservatório Estadual Lorenzo Fernández, em Montes Claros, e para o Conservatório de Bocaiuva, ambos em situação precária e com denúncias de demissões, o que inviabiliza a assistência de mais de 5 mil alunos atendidos pelos dois conservatórios;

- nº 9.344/2014, do deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, no Município de Montes Claros, a situação do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández, que enfrenta sérios problemas na conservação do prédio e em virtude das mudanças ocorridas na direção e quadro administrativo de funcionários neste ano. Requer ainda seja convidada a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para participar da reunião.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2014.

Elismar Prado, presidente - Carlos Mosconi - Marques Abreu.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/3/2014**

Às 10 horas, comparece na Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa o deputado Paulo Lamac, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a Resolução nº 4.131 da ANTT, de 3/7/2013, que autoriza a erradicação de cerca de 1.760km de linhas ferroviárias na área de concessão da Ferrovia Centro-Atlântica, esclarecer o impacto dessa norma no patrimônio histórico ferroviário do Município de Viçosa e região e deliberar sobre proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Júlia Ribeiro de Freitas, representante da ONG Amigos do Trem, e os Srs. Sebastião Tavares de Resende, pró-reitor da Universidade Federal de Viçosa; Geraldo Luis Andrade, vereador do Município de Viçosa; Fernando Augusto Formiga, assessor da Superintendência de Infraestrutura de Transporte Ferroviário de Cargas da ANTT, representando Jorge Luiz Macedo Bastos, diretor-geral dessa agência; Rogério Veiga Aranha, superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Agnaldo Pacheco, presidente do Núcleo de Conservação Ferroviária de Viçosa; José Osvaldo Cruz, gerente de relações institucionais da Ferrovia Centro-Atlântica; Antônio Prata Amado da Silva, chefe do Departamento de Engenharia de Transportes do Cefet-MG; que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

Paulo Lamac, presidente.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO REGIONAL DA CIPE SÃO FRANCISCO, EM 22/3/2012**

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Paulo Guedes, coordenador da supracitada comissão, que declara aberta a reunião. Com base no art.120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada. O coordenador informa que a reunião se destina a debater a situação da implantação da hidrovía do São Francisco e interrompe os trabalhos ordinários para ouvir os Srs. Warmillon Fonseca Braga, prefeito municipal de Pirapora; Esmeraldo Pereira Santos, presidente da Câmara Municipal de Pirapora; José Machado, assessor especial do Ministério da Integração Nacional, representando o Sr. Fernando Bezerra, ministro; deputado Gil Pereira, secretário Extraordinário para o Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte; Espedito Sales, especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários e Analista de Sistemas, representando o Sr. Adalberto Tokarski, superintendente de navegação interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Eduardo Calleia Junger, gerente-geral de Fomento da Ferrovia Centro-Atlântica; Dalton Soares de Figueiredo, secretário



de Planejamento e Desenvolvimento de Pirapora; Ten.-Cel. PM Renato Coelho, comandante do 55º Batalhão da PMMG; Capitão de Corveta Jurcelino de Souza Silva Júnior, comandante da Capitania Fluvial do São Francisco, que são convidados a tomar assento à mesa. O deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. O coordenador retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, o coordenador agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2014.

Paulo Guedes, presidente - Antônio Carlos Arantes - Ana Maria Rezende.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/3/2014**

Às 9h30min, comparece na Sala das Comissões o deputado Rogério Correia, membro da supracitada comissão, e declara aberta a reunião. Suspendem-se os trabalhos. É reaberta a reunião às 9h45min com a presença dos deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Duarte Bechir. O presidente, deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.948/2014, no 1º turno, do qual avocou para si a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.404/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Rogério Correia). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.346/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os despejos que estão sendo realizados nos Bairros Bela Fama, Nova Suíça, Galo, Honório Bicalho e Nossa Senhora de Fátima, todos em Nova Lima, em função de decisão judicial a favor da empresa Anglo Gold, que alega ser a proprietária dos terrenos;

- nº 9.347/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para obter esclarecimentos, em audiência pública, sobre denúncias de supostas violações de direitos humanos praticadas por agentes de fiscalização do Ibama contra criadores de pássaros do Estado e debater os parâmetros de fiscalização de criatórios de pássaros nativos;

- nº 9.348/2014, da deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja encaminhado à agência da Copasa-MG no Município de Bambuí pedido de providências para que sejam solucionados os problemas de abastecimento de água que afetam os moradores da Casa de Saúde São Francisco de Assis, com a priorização da implantação emergencial de um segundo sistema de bombeamento até que seja encontrada uma solução definitiva;

- nº 9.349/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar e ao comandante da Polícia Militar em Bambuí pedido de providências para que seja instalado um posto policial na Comunidade São Francisco de Assis, conforme reivindicação dos moradores e do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase;

- nº 9.350/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado à direção da Fhemig e da Casa de Saúde São Francisco de Assis, em Bambuí, pedido de providências para que seja realizada a regularização fundiária das famílias que residem no local;

- nº 9.351/2014, da deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja encaminhado à direção da Fhemig e da Casa de Saúde São Francisco de Assis, em Bambuí, pedido de providências para que seja regularizada a distribuição adequada de medicamentos e alimentos aos internos da colônia;

- nº 9.357/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja retirado de tramitação o Requerimento nº 6.120/2013, de autoria desta comissão;

- nº 9.358/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas, à direção do DER-MG e da Fhemig e ao prefeito municipal de Bambuí pedido de providências para que sejam viabilizadas parcerias e entendimentos a fim de recuperar as ruas internas e a rodovia de acesso à Casa de Saúde São Francisco de Assis;

- nº 9.359/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado à direção dos Correios no Estado pedido de providências para que a distribuição de correspondência aos moradores da Comunidade São Francisco de Assis, no Município de Bambuí, seja realizada diretamente na residência de cada morador;

- nº 9.360/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde e à direção da Fhemig pedido de providências para que sejam atendidas as reivindicações do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan –, com a consequente reforma do Pavilhão 4 da Casa de Saúde São Francisco de Assis, em Bambuí, para que seja destinado ao funcionamento do Morhan e à construção do Centro de Preservação da Memória da Colônia São Francisco de Assis;

- nº 9.361/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e à direção da Fhemig pedido de providências para que sejam atendidas as reivindicações do Morhan, relativas aos moradores da Comunidade São Francisco de Assis, em Bambuí, com destaque para a expansão e ampliação do hospital local e para a contratação de médicos para consultas especializadas;



- nº 9.362/2014, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja realizada visita ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, com a participação de representantes da Prefeitura de Bambuí e da Fhemig, com o objetivo de debater parcerias para a recuperação das ruas internas e da rodovia de acesso à Casa de Saúde São Francisco de Assis;

- nº 9.363/2014, dos deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à Ouvidoria de Educação pedido de providências, acompanhado do trecho das notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária desta comissão, para verificação das denúncias apresentadas por Cynthia Pinheiro Chagas, professora da Escola Estadual Professor José Mesquita de Carvalho;

A requerimento do deputado Duarte Bechir, é adiada a votação do Requerimento nº 9.356/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, suposta violação de direito de propriedade por parte da delegada de polícia civil Ana Paula Lamego Balbino, titular da 13ª Delegacia Seccional de Araçuaí, em desfavor de um cidadão que teve seu veículo furtado e posteriormente recuperado pela polícia militar. Logo após, o presidente determina seja registrada em ata questão de ordem apresentada pelo deputado Duarte Bechir, com relação à abertura da reunião pelo deputado Rogério Correia sem o quórum regimental, conforme previsto no art. 125, § 2º.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2014.

Durval Ângelo, presidente – Rogério Correia.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2014

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para realização do ciclo de debates Resistir sempre – Ditadura nunca mais: 50 anos do Golpe de 1964.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.810/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 116/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 11 de outubro de 2013.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2012, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Mineiro de Agropecuária o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.179/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.429/2013, do governador do Estado, que institui a Política de Saúde Ocupacional do Servidor Público no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.923/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 109/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 5 de setembro de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.924/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 53, de 19 de julho de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.925/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 100, de 7 de agosto de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.



Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.926/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 111, 114, 123 a 125, 130,133 e 135, de 11 de outubro de 2013, e 136 a 140, 145, 146, 149 e 154, de 18 de outubro de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.927/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 59 a 62, 65 a 73, 75 a 77, 79, 87, 88, 91 e 95, de 26 de julho de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.027/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica os Convênios ICMS nºs 158,163,164,167 e 176, de 6 de dezembro de 2013, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.028/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 6/2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de janeiro de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.029/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 4/2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 15 de janeiro de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.061/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 191, de 17 de dezembro de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.062/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 189/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 17 de dezembro de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.063/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 9/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 27 de janeiro de 2014.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 57/2014, do governador do Estado, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 65, de 16 de janeiro de 2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.635/2011, do deputado Anselmo José Domingos, que dispõe sobre a criação do programa estadual para identificação e tratamento da dislexia na rede oficial de educação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.729/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.819/2011, do deputado Fábio Cherem, que dispõe sobre a obrigatoriedade da exposição, em todas as unidades de saúde, de cartaz informativo sobre a distribuição gratuita de medicamentos, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.875/2011, do deputado Leonardo Moreira, que torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado, informando sobre o inteiro teor dos arts. 47 e 48 da Resolução Anac nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.148/2011, da deputada Ana Maria Resende, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.460/2011, do deputado Delvito Alves, que dispõe sobre preferência de tramitação aos procedimentos judiciais que tenham como objeto a adoção de menores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.832/2012, da deputada Liza Prado, que torna obrigatória a informação ao paciente sobre todos os dados de procedência das próteses implantadas nos pacientes e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.828/2014, do governador do Estado, que reajusta o subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 1º/4/2014**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.763/2013, do deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos nºs 7.422 a 7.425/2014, do deputado Sargento Rodrigues; e 7.463 a 7.467/2014, do deputado Cabo Júlio.

Entrega dos votos de congratulações aos Policiais Militares lotados na 3ª Companhia de Missões Especiais e no 36º Batalhão da PMMG, nos termos do Requerimento nº 6.988/2014.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/4/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 4.959/2014, do deputado Cabo Júlio; Projetos de Lei Complementar nºs 52/2013, do deputado Cabo Júlio, e 59/2014, do Tribunal de Justiça; Projetos de Lei nºs 1.680/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.665/2012, do deputado Sargento Rodrigues; 3.800/2013, do deputado Fred Costa; 4.860/2014, do deputado Leonardo Moreira; 4.981/2014, do governador do Estado; 4.989/2014, do deputado Fred Costa; 4.993/2014, do deputado Gustavo Valadares; 4.995/2014, do governador do Estado; 4.999/2014, do deputado Romel Anízio; e 5.006/2014, do deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.454/2011, do deputado Ulysses Gomes; 3.821/2013, da deputada Luzia Ferreira e do deputado Carlos Henrique; 4.494/2013, do governador do Estado; 4.610/2013, do deputado Arlen Santiago; 4.990/2014, do deputado Dinis Pinheiro; 4.998/2014, do deputado Braulio Braz; 5.001, 5.003 e 5.004/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.005/2014, do deputado Ulysses Gomes; 5.008/2014, do deputado Paulo Guedes; e 5.009/2014, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/4/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.811/2013, do deputado Juarez Távora; 4.883/2014, do deputado Antonio Lerin; e 4.890/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 7.437 a 7.439, 7.443 a 7.448 e 7.451/2014, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 1º/4/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 7.432/2014, do deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/4/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.827/2014, do governador do Estado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/4/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.735/2013, do deputado Duarte Bechir.

Requerimentos nºs 7.318/2014, do deputado Rômulo Veneroso; 7.349/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 7.421 e 7.477/2014, do deputado Jayro Lessa; e 7.428/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/4/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.803/2013, do deputado Lafayette de Andrada; 4.885/2014, do deputado Adalclever Lopes; e 4.904/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 1º/4/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 7.245/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 7.250/2014, do deputado Fred Costa; 7.354/2014, do deputado Fábio Cherem; 7.355, 7.356 e 7.357/2014, do deputado Bosco; 7.358/2014, do deputado Fabiano Tolentino; 7.364/2014, do deputado Fábio Cherem; e 7.427/2014, do deputado Glaycon Franco.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 1º/4/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 7.430/2014, do deputado Pompílio Canavez; 7.440, 7.441, 7.442 e 7.450/2014, todos da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 1º de abril de 2014, destinada à realização do ciclo de debates Resistir Sempre - Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe de 1964.

Palácio da Inconfidência, 31 de março de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

## 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

## Discursos proferidos em 26/3/2014

O deputado Luiz Humberto Carneiro - Companheiros, precisamos ter 48 votos “sim”; então, a orientação é para o voto “sim”.

O deputado Rômulo Viegas\* - Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna fazer um alerta a todos vocês que assistem à TV Assembleia e têm acompanhado os nossos trabalhos, porque muitas coisas são ditas desta mesma tribuna da Casa Legislativa de Minas Gerais. Portanto, deputado João Leite, quero ler, na íntegra, o artigo do Sr. Carlos Sampaio publicado no *Folha de S. Paulo*, nesta quarta-feira, dia 26/3/2014. (- Lê:)

“Ao acionar a justiça para evitar a propagação de falsa denúncia, o senador Aécio Neves mostrou que é possível defender-se sem atentar contra a liberdade de expressão. Após a publicação de reportagem - 'Poder', 14/3 -, a *Folha de S. Paulo* dedicou um editorial - 'De Minas a Pequim', 15/3 - questionando a legitimidade de uma ação movida na Justiça pelo senador Aécio Neves, com o objetivo de evitar a propagação, via internet, de uma falsa denúncia envolvendo o seu nome.

Esclareço, inicialmente, que o senador é autor de uma única ação junto a provedores de busca, e, nela, ele não pleiteou, em hipótese alguma, a exclusão de qualquer conteúdo da internet ou muito menos cerceou o direito de livre expressão. O que ele fez foi, única e exclusivamente, exercer o sagrado direito de defender-se ao tomar ciência de que todas as vezes que se buscava nos provedores de pesquisa o nome de Aécio Neves aparecia a informação inverídica e criminosa de que ele é réu em uma ação judicial e responderia pelo desvio de R\$4.300.000.000,00 da saúde de Minas Gerais.” Repetimos: uma informação inverídica e criminosa.

“Essa injusta disseminação de uma informação falsa e caluniosa contra sua pessoa, à evidência, precisava ser contida, pois a ação e a acusação por desvio de recursos públicos jamais existiram.” Sras. e Srs. Deputados, “daí a solicitação em juízo para que referido fato criminoso fosse excluído das buscas realizadas com o nome dele, tudo de forma a amenizar o impacto de tais mentiras em sua imagem, já que evitar o desgaste havido era medida impossível.

Seu proceder foi reconhecido como legítimo pelo Superior Tribunal de Justiça em recente decisão relativa a outro caso, na qual a Corte reconheceu como indevida a disponibilização, por meio de buscas, de *links* para conteúdos ilícitos. Qualquer ação contra *blogs* que deliberadamente repercutiam essa informação falsa seria uma medida inalcançável, pois existem mais de 50 mil resultados de busca para as falsas acusações na internet. A mentira foi construída de má-fé por seus idealizadores, que adulteraram o conteúdo de um questionamento acerca da possibilidade de os gastos efetuados pelo governo com saneamento básico decorrentes de recursos provenientes das empresas públicas poderem ou não ser incluídos na composição geral das despesas com saúde pública.

Esse procedimento judicial - Processo nº 0024.10.244832/1, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte -, que é público, foi recentemente extinto, com manifestação do Ministério Público, que inclusive reitera que 'não se vislumbra lesão ao patrimônio público nem se cogita ocorrência de desvio ou apropriação de recursos públicos'” - inocentando, portanto, o senador, na época governador, Aécio Neves.

“Diante de tais fatos, o senador Aécio Neves, apesar da ofensa brutal e ilícita à sua imagem, agiu com a razoabilidade esperada de um homem público e demonstrou que é possível defender-se sem atentar contra a liberdade de expressão e o direito à informação.

Quem conhece o senador Aécio Neves sabe muito bem que ele sempre defendeu a liberdade de imprensa, de opinião e de expressão, sendo que foi sob a sua presidência que a Câmara federal aprovou o chamado Pacote Ético, com importantes avanços nas áreas de transparência e participação popular. Agir para que a verdade seja restabelecida não é nem nunca será uma medida de censura. Liberdade de crítica e de opinião são pilares da democracia. Difamação e assassinato de reputação são armas de regimes totalitários, por maior que seja o esforço de alguns para fazer parecer que se trata da mesma coisa.” Esse artigo se encontra no *Folha de S. Paulo* de hoje, com o título “Calúnia, não”.

Então, várias vezes, desta tribuna, foi dito que o senador Aécio Neves era réu porque desviou recursos da saúde. No entanto, está aqui agora a prova contundente de que não é absolutamente nada disso. Não existe nem condenação. Repito o número do processo para quem quiser: 0024.10.244832-1, da 5ª Vara da Fazenda Pública. Além disso, reitero dizendo: “Não se vislumbra lesão ao patrimônio público nem se cogita a ocorrência de desvio ou apropriação de recursos públicos”.

Meus amigos, vocês que nos assistem têm de tomar muito cuidado com o que se fala aqui, desta tribuna, com os pronunciamentos feitos. O melhor remédio é o tempo para mostrar a verdade. Nada melhor que discutirmos política com os adversários políticos, mas dentro da ética e do respeito, sem querer minguar a reputação nem atingir a honra e a honestidade das pessoas.

Portanto, desta tribuna, reitero: o senador Aécio Neves, de acordo com esse documento, não promoveu desvio algum de recursos públicos na área de saúde.

O deputado João Leite (em aparte)\* - Deputado Rômulo Viegas, acompanho com atenção o seu pronunciamento. O que V. Exa. traz da tribuna não é surpresa alguma. Por muitos meses, tentei comprar este livro, e não conseguimos porque está esgotado. Estou mostrando-o aqui. *Assassinato de reputações*. Esse livro é impressionante, pois é de alguém que foi secretário do governo do PT, do governo Lula.

Aqui temos escândalos, mas não consigo trazê-los, deputado Rômulo Viegas, neste pouco tempo que tenho de aparte ao pronunciamento de V. Exa. Lerei um pouco o sumário do livro, que traz a visita hospitalar do ex-agente Barba a Romeu Tuma pai. Romeu Tuma Júnior não permitiu a entrada, no quarto do seu pai no hospital, do presidente Lula, a quem ele chama de Barba, que, durante a ditadura, era o informante de Romeu Tuma, delegado do Dops de São Paulo. O senador Romeu Tuma já estava à morte, mas ele não permitiu a entrada de Lula, dizendo-lhe: “Você não o honrou de pé e agora quer vê-lo caído numa cama?”. Portanto, não permitiu a entrada de Lula no quarto para visitar Romeu Tuma pai. Tem o sumário: “Lula: alcagete e aprendiz do Dops”. Estão aqui



fotos de Lula juntamente com Romeu Tuma no Dops, em São Paulo. Depois ele trata do projeto de poder do PT, de Lula, e o organograma desse partido.

Queria falar neste dia, porque em outros quero abordar o *Assassinato de reputações*, que é, sem dúvida, a especialidade do PT de acabar com a reputação e a honra das pessoas. Isso é o que eles tentam permanentemente fazer contra o senador Aécio Neves e o que fizeram contra Fernando Henrique, criando o *slogan* “Fora FHC”.

Tenho aqui documentos. É interessante que ele teve o cuidado de ter os documentos. Na página 151 do livro *Assassinato de reputações*, Romeu Tuma Júnior, com o cuidado de um investigador, trata de caso a caso. Aqui consta a reunião da Satiagraha, que está toda decodificada. Depois vem o Caso 2, que vou ler: (- Lê:) “Caso 2 - Dr. Tuma Júnior: Faça um favor ao Lula e fulmine o senador Perillo”. Essa foi a determinação que o Romeu Tuma Júnior recebeu. “Um dos mais escandalosos pedidos para fulminar alguém me foi feito pelo ex-ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto. Um dia, ele me chamou no seu gabinete e, um tanto lívido, disse: 'Isso aqui veio de cima, lá do Planalto, do Gilberto Carvalho, secretário particular do presidente Lula. Ele quer que você atenda a um pedido do Lula e mande o DRCI investigar isso aqui'. O 'isso aqui' do ministro da Justiça era um envelope numa pastinha que ele me entregou, com um dossiê contra o Marconi Perillo.” Essa foi a determinação do Planalto: fulmine o senador Marconi Perillo. Foi justamente o Marconi Perillo que disse que ele havia avisado o Lula sobre o mensalão. Foi ele quem disse ao Lula que havia deputados recebendo mensalmente.

Depois temos o Caso 3. Olhe a determinação dessa vez, deputado Rômulo Viegas. (- Lê:) “Em janeiro de 2009, fui chamado na liderança do governo no Senado, onde encontrei o senador Aloizio Mercadante e um deputado federal para tratar de projeto de interesse do governo e do ministério. Lá entregam-me um *pendrive* com 'seríssimas denúncias' contra um adversário do governo que já tinham sido 'entregues ao ministro Tarso e ainda não haviam sido apuradas'. Pensei: 'outro dossiê para destruir um novo 'alvo' do governo'. Depois daquela do Lab, com os 'aloprados' na memória e com a minha vivência policial, fiquei esperto com aquele povo.” Dessa feita, o alvo era o ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati. Está aqui no livro, página 166, Caso 3: “Dr. Tuma Júnior, fulmine o governador Tasso Jereissati”. Está no livro. Demorei a comprar este livro, porque é difícil encontrá-lo, gente.

Depois vem o Caso 4. Enquanto isso, relato essas linhas de agosto de 2013. Agosto de 2013, não faz nem um ano. (- Lê:) “Lei do Ministério Público Estadual negocia acordo de delação premiada com executivos da Siemens. Mas, em 6 de maio de 2012, me chamaram para que eu pudesse fulminar Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin.” Está aqui, Caso 4: “Fulmine o Serra, fulmine Mário Covas”. Como? Mário Covas já faleceu. Mas eles querem acabar com todas as reputações. “Fulmine Geraldo Alckmin, e vamos criar para você o dossiê Easton e Siemens.” Poderíamos ficar aqui a tarde toda, porque há o Caso 5, dossiê Erenice Guerra e dossiê Ruth Cardoso. Até a Profa. Ruth Cardoso. O PT queria fulminar a reputação de D. Ruth. É um escândalo atrás do outro. Aqui estão as cartas para o Dr. Romeu Tuma Júnior, para que ele fizesse essas coisas. Este livro é um verdadeiro escândalo, deputado Rômulo Viegas. V. Exa. traz à tribuna da Assembleia a tentativa deles de fulminar a reputação do senador Aécio Neves. Eles tentam derrotar os inimigos dessa maneira.

Sofri isso ao enfrentar o PT em Belo Horizonte. Convivia com um milhão de jornais todos os finais de semana pedindo que as pessoas não votassem em quem defende bandidos. Havia adesivos em carros e em viaturas policiais que diziam: “Não vote em quem defende bandidos”. Convivi com isso.

Nós também temos um livro para escrever, o do assassinato de reputações que o PT faz na política. Não queremos fazer como eles, mas eles têm de explicar como conseguiram destruir a Petrobras. Como conseguiram destruir o nosso país? Como conseguiram destruir o Plano Real? Como conseguiram fazer com que tivéssemos uma inflação dessa monta no Brasil?

Parabéns, deputado Rômulo Viegas. Precisamos ter a coragem, como teve o delegado Romeu Tuma Júnior, de enfrentar aqueles que querem destruir as reputações, a imagem das pessoas. É lamentável. Foi isso que eles fizeram sempre. E agora têm de explicar tudo. Está tudo documentado. Ainda estou lendo o livro de Romeu Tuma Júnior, *Assassinato de reputações: um crime de estado*, mas posso emprestá-lo a quem não conseguir um. O PT usa o Estado para destruir seus adversários.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Meu caro deputado Rômulo Viegas, a vinda de V. Exa. hoje à tribuna e suas palavras explicativas a respeito da situação em que envolveram ou tentaram envolver o senador Aécio Neves causará o início dos diversos ataques que virão daqui para frente. O senador Aécio Neves é, sem dúvida alguma e de forma incontestável, a maior liderança política do Estado de Minas Gerais.

O senador Aécio Neves foi eleito governador em 2002, reeleito em 2006, elegeu Anastasia em 2010 e o reelegerá. Tudo isso, demonstrando sua força e, mais do que essa força, seu trabalho em favor de Minas Gerais. Esses ataques à pessoa do senador virão de todos os lados, na tentativa de desconstruir aquele que, sem dúvida, hoje é - não digo de Minas - um dos maiores líderes do nosso país. O líder que vai para a luta carregado de exemplos vitoriosos em Minas Gerais, pois sua vida, por si só, é um grande exemplo.

V. Exa., aí da tribuna, traça as coordenadas daquilo que tentaram fazer, mas não conseguem, porque a grandeza do trabalho, a experiência, a força e a determinação do nosso senador Aécio Neves e, mais do que isso, deputado Rômulo Viegas, o grau de confiabilidade que os mineiros têm no senador fazem com que o brasileiro, aos poucos, comece a conhecer - e isso será mais forte durante a campanha eleitoral - a história do nosso senador. Sem dúvida alguma, ele também conquistará os quatro cantos do nosso país, conforme fez com o povo mineiro.

Finalizando, quero parabenizar V. Exa. por trazer à Casa essa pauta, que é muito importante para nós mineiros. Não deixemos que estraguem, perturbem e tentem desconstruir aquilo que temos hoje como a maior liderança de Minas Gerais, o nosso senador Aécio Neves e, com toda certeza, nosso futuro presidente da República. Muito obrigado, deputado Rômulo.

O deputado Rômulo Viegas\* - Muito obrigado, deputado Duarte Bechir. Ao encerrar, Sr. Presidente Wander Borges, digo, desta tribuna, que estaremos sempre atentos defendendo a imagem do senador Aécio Neves, um dos maiores líderes políticos deste Brasil, um homem que fez de Minas Gerais exemplo de gestão pública brasileira. Temos orgulho de defendê-lo. Temos orgulho de defender o governador Anastasia. O PSDB transformou Minas Gerais e vai transformar o Brasil. Portanto, desta tribuna ou de onde estivermos, vamos defender, sim, o senador Aécio Neves, porque ele é exemplo para todos os brasileiros.



\* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 31/3/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

**Gabinete do Deputado Deiró Marra**

exonerando Wesley de Santi de Melo do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 4 horas;

nomeando José Queiroz de Magalhães para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Alexandro Franklin de Souza Nascimento do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

Na data de <DATA\_ASS\_ATO\_PUB>, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Daiane Félix Alves do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

exonerando Laís Henriques Figueiredo Coura Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Luiz Viana David do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Alexandro Franklin de Souza Nascimento para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando José Henriques Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Luiz Viana David para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Wilson Ferreira Neto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

**TERMO DE CONVÊNIO CNV/34/2013**

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Câmara Municipal de Araxá. Objeto: cessão de tempo da programação da TV Assembleia para inserção de programas da Câmara Municipal de Araxá. Vigência: 10 anos contados a partir da assinatura.

**TERMO DE ADITAMENTO ADT/20/2014**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia de Tecnologia da Informação do estado de Minas Gerais - Prodemge. Objeto: prestação de serviços de informática. Objeto do aditamento: ampliação em 20% e prorrogação com reajuste de preço. Vigência: de 8/4/2014 a 7/4/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO ADT/34/2014**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hutner Consultoria Ltda. Objeto: contratação de consultoria especializada em Information Technology Infrastructure Library. Objeto do aditamento: ampliação em 25%. Vigência: de 20/3/2014 a 7/1/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.